

Carla Verônica Corrêa Cardoso

Patricia Gonçalves Bastos

Entre a inclusão e a exclusão: reflexões sobre um cotidiano escolar inclusivo e um governo excludente

A cena que se apresenta está localizada nos cotidianos de uma escola das infâncias: É a hora do recreio e as crianças correm em todas as direções, se organizam, disputam interesses, contam histórias, interpretam as realidades e as representam por meio das brincadeiras.

São nas relações sociais que os processos de produção de saberes se mostram mais potentes e dialógicos. A construção de saberes é um acontecimento que se revela em parceria, na troca, na reinvenção cotidiana que surge no encontro com o outro, na comunhão, na solidariedade. Para Freire (1987), homens e mulheres são seres de relações; as suas presenças e consciências no mundo se dão na medida em que interagem, se percebem e percebem que não estão sós. Nesse sentido, parece oportuno prosseguir com o relato sobre as vivências no cotidiano desta escola das infâncias.

Em 2017 foi matriculado em uma turma de crianças com as idades entre cinco e seis anos, um menino, nascido no Brasil, mas que foi morar ainda bebê nos Estados Unidos, e nos últimos anos havia passado no Peru, terra natal de seu pai. Voltou para o Brasil, com a mãe brasileira e o diagnóstico de Síndrome de Asperger. O menino misturava o inglês com o espanhol, em seus discursos e, pouco, ou quase nada era compreendido. Os colegas e as professoras falavam português e eram pouco compreendidos, também.

Com o tempo, o menino, que evitava se aglomerar com as outras crianças, foi cedendo aos gritos, correria e alegria do cotidiano, mas o contato físico ainda não era tão comum e muito confundido com briga e a necessidade de defender-se. Mas, algo aconteceu de modo surpreendente. O menino, que apresentava facilidades para aprender idiomas, resolveu inventar o seu próprio idioma com a turma. Era uma linguagem confusa, para quem não estava habituado ao cotidiano daquele grupo, mas para quem estava junto todos os dias, as palavras inventadas, a sonoridade e a postura corporal iam significando, dando sentido àquela relação que surgiu na diferença. O menino começou a gostar da língua portuguesa e foi se apropriando do idioma, gostava de pegar os livros de histórias e brincar com as letras.

Diante deste relato, cabe refletir sobre a leitura de mundo preceder a leitura da palavra. Freire (1987) destaca aspectos importantes, naquilo que diz respeito ao processo educativo, do encontro com o outro e da pluralidade que cada um carrega consigo. Dentre eles, podem ser destacados a não neutralidade na práxis, a curiosidade no processo de construção de saberes, o educando sendo sujeito no seu processo de construção de conhecimento, que também é um ato de criação, portanto político. Afinal, educação é um ato político, do mesmo modo que toda prática política é também educativa.

Esta narrativa vai de encontro ao atual momento social e político, onde as políticas educacionais se tornaram contrárias ao diálogo reflexivo e democrático. As propostas do atual governo estão na contramão do desenvolvimento humano, da ética, da diversidade cultural e da pluralidade dos sujeitos, como podemos ler no Decreto Federal¹, nº 10.502/2020, propondo o retorno dos atendimentos em escolas especializadas aos alunos com deficiência, transtornos globais

¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm
Acesso em: 03 de outubro de 2020.

do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Esta implementação representa um retrocesso nas políticas de inclusão que desde 2008 preconizam as matrículas em turmas regulares, com o apoio complementar especializado dependendo de cada caso.

Segundo dados² do Censo Escolar de 2019, o Brasil tem cerca de 1,3 milhão de alunos na educação básica com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento. Desse total, 92,8% está em classes regulares, uma vitória da educação inclusiva. A validação das matrículas em escolas especiais aponta para a segregação no ensino regular; o investimento na mediação especializada, que já se encontra deficiente em muitos municípios, será minimizado ou extinto, prevalecendo o acesso às escolas particulares especializadas, política privatista presente no atual governo.

REFERÊNCIAS:

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987

Sobre as autoras:

Carla Verônica Corrêa Cardoso - Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais, da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Professora orientadora educacional concursada da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) do município de São Gonçalo.

Patricia Gonçalves Bastos - Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais, da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professora concursada da Fundação Municipal de Educação (FME) do município de Niterói.

² Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/0/Notas+Estat%C3%ADsticas+-+Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2019/43bf4c5b-b478-4c5d-ae17-7d55ced4c37d?version=1.0> Acesso em: 03 de outubro de 2020.